

ESTUDOS
Sociedade e Agricultura

Estudos Sociedade e Agricultura
ISSN: 2526-7752
estudoscpda@gmail.com
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Brasil

Henriques, Luiz Sérgio
Raimundo Santos, um homem e suas obsessões
Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 29, núm. 1, 2021, Febrero-Mayo, pp. 10-14
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599965952002>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Raimundo Santos, um homem e suas obsessões

Luiz Sérgio Henriques¹

Ao nos deixar no dia 19 de outubro deste infausto 2020, Raimundo Santos, intelectual discreto e operoso, extremamente fiel aos seus temas de eleição e às convicções de toda uma vida, deixa um legado precioso de coerência, generosidade e solidariedade. Ele era um daqueles intelectuais que se juntaram na revista *Presença*, nos anos 1980, aferrados ao patrimônio “eurocomunista” à brasileira. Homens e mulheres diferentes entre si, com variada inserção na vida política e acadêmica, mas reunidos pelo empenho de indagar como é que o seu peculiar comunismo podia servir ao país, como é que se poria a serviço da grande causa democrática, sem se perder em discussões doutrinárias tão ao gosto de muitas correntes do marxismo e, inevitavelmente, do próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Tendo estudado Ciência Política na Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e se doutorado na Unam (Universidade Nacional Autônoma do México) ainda nos tempos do exílio, Raimundo por quase dez anos seria professor da Universidade Federal da Paraíba (em Campina Grande), transferindo-se depois para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especificamente para o CPDA (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

No CPDA, a sala do Raimundo, atulhada de livros e papéis de todo tipo – ele que, entre outras coisas, se autointitulava um “revisteiro” e era um dos principais responsáveis pela edição da revista *Estudos Sociedade e Agricultura* –, tinha na parede um retrato de Ivan Ribeiro, precocemente falecido com o ministro da Reforma Agrária Marcos Freire em desastre de aviação. Ivan, outro professor do CPDA como ele, outro singular comunista como todos nós, pouco afeito a proclamações revolucionárias e mais envolvido na aposta de uma lenta e constante democratização dos processos sociais. Havia naquele retrato do Ivan, pendurado na salinha do Raimundo, um sentido altíssimo de continuidade e de fidelidade, que se impunha de modo forte, mas silencioso

¹ Tradutor, ensaísta, um dos organizadores das *Obras* de Gramsci, pela Civilização Brasileira, em 10 volumes. Editor de *Gramsci e o Brasil* (www.gramsci.org) e da *Esquerda democrática* (<https://www.facebook.com/esqdemocratica/>). E-mail: sergio.henriques@acessa.com.

e sem afetação. Era preciso continuar o Ivan, assim como se devia preservar/superar o legado de gente como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e, em especial, Caio Prado Jr.

O velho Partidão havia passado e se impunha aceitar realisticamente este fato. Organismos históricos nascem, vivem e num certo momento perdem a razão de ser, não importa a marca que tenham deixado em momentos críticos da História ou que esta mesma História não possa ser contada sem eles. No entanto, para Raimundo, o *pecebismo* sobrevivia ao partido e devia seguir de pé, inspirando a ideia da *centralidade da política*, a necessidade vital de *fazer política* para além de rígidas demarcações classistas, mas sempre em benefício dos setores subalternos que dependem essencialmente das formas democráticas para ter condições dignas de vida material e espiritual. E o objetivo de fazer sobreviver uma tradição toda atenta à política só poderia ser o de levar a esquerda, ou a nossa parte da esquerda, a sair de guetos minoritários e a participar plenamente da vida nacional, influenciando-a no sentido semelhante àquele apontado, décadas a fio, por Caio Prado Jr. – a nacionalização da economia e da sociedade, a internalização dos centros decisórios, o atendimento das carências da maioria da população. Tudo isso num contexto de reformas graduais e incessantes, a serem conduzidas dentro da legalidade e da ordem constitucional, fora das quais, para Raimundo, podia até haver salvadores da pátria, mas nunca salvação nem *risorgimento* nacional.

O lema gramsciano, aqui, não é por acaso. Raimundo era devotado leitor do famoso Caderno 19 do pensador sardo, um caderno voltado para as vicissitudes da formação tardia da nação italiana, conduzida, como se sabe, pelos conservadores do “partido cavouriano”. Por terem uma consciência mais elaborada de si mesmos e de todos os demais atores, eram capazes de se pôr à frente da unificação e, por isso mesmo, dirigir a ala esquerda do movimento segundo os ditames da *revolução passiva* – categoria sofisticadamente revista e atualizada por Gramsci, a partir de processos de transformação frustrados total ou parcialmente, como foi o caso do próprio *Risorgimento*. Para Raimundo, no entanto, havia aqui uma preciosa sugestão inerente à possibilidade de trocar o sinal daquele tipo de revolução, transformando-a de signo de fraqueza das forças mudancistas em sabedoria tática e visão estratégica, em capacidade de estabelecer “alianças pluriclassistas”, que, ao fim e ao cabo, implicariam uma ideia bastante inovadora da mudança social contemporânea. O socialismo, para usar a palavra incandescente, agora passaria a ser entendido como “um processo desdramatizado de reforma da sociedade, que se construiria numa dialética complexa e de muitas mediações entre gradualismo e ruptura, a partir da plena aceitação da

alternância no poder, em processos falibilísticos de avanços e recuos” (SANTOS, 2001, p. 262). Se bem observarmos, nesta e em muitas outras passagens, o contido “marxismo da revolução passiva” sustentado por nosso autor era, e ainda é, uma revolução copernicana muito distante de ser plenamente entendida no campo progressista, que não raro se atrapalha com caudilhos e miragens rupturistas.

Eis que, quase sem nos darmos conta, já estamos em pleno território povoado pelas obsessões pungentes de Raimundo: Gramsci e o *Risorgimento*, Caio Prado e o agrarismo reformista, este último a se infiltrar paulatinamente na agenda do PCB, apesar da posição muitas vezes *outsider* do historiador paulista em relação ao partido “de que não saiu e não foi expulso”. Inúmeras vezes, em artigos e ensaios, Raimundo debruçou-se sobre o sindicalismo rural estimulado pelos comunistas do PCB, valorizando-o como o caminho real para mudanças profundas, mais até do que o choque frontal e muitas vezes violento em torno da propriedade da terra. Tanto no intelectual *outsider* como no seu partido, Raimundo capturou os essenciais pontos de contato apesar das estridentes polêmicas e, muito especialmente, apesar da terminologia datada e da ortodoxia revolucionária comum aos atores individuais e coletivos daquele tempo. Uma sugestão bastante interessante neste sentido é a de que, em Caio Prado, o PCB vai recolher já nos anos 1950, de modo um tanto oblíquo ou subterrâneo, as ideias que dariam substância ao seu agrarismo sindical, à valorização do trabalho no capitalismo brasileiro e à possibilidade de um singular “socialismo de reformas capitalistas”, que afinal unissem nação e povo, economia e sociedade, sepultando de vez os restos renitentes do passado colonial. O “Ocidente” – afirmou certa feita Raimundo – teria tido seu momento inaugural no PCB por meio de Caio Prado Jr., uma hipótese ousada e merecedora de renovada atenção (para esta afirmação e as antecedentes, cf. SANTOS, 2001, p. 41).

Por último, mas não em último lugar, entre as obsessões que configuraram o *pecebismo* do querido amigo, lugar de relevo particularíssimo cabe à estratégia da resistência democrática no pós-1964, derivada diretamente do “Manifesto de Março” de 1958. Em se tratando de um partido comunista clássico, não há como desvincular o documento de 1958 dos acontecimentos que dois anos antes haviam abalado o mundo comunista, com a denúncia dos crimes de Stalin – e a mitigada denúncia do stalinismo – durante o célebre XX Congresso do Partido soviético. O PCB, pequeno mas influente, semiclandestino ou apenas tolerado, também daria início à própria desestalinização e, não por acaso, a um movimento mais acentuado de enraizamento na política local, delineando, entre altos e baixos, sua fisionomia de esquerda legalista e *positiva* (para lembrar a expressão de um excepcional personagem, San Tiago Dantas).

Torneios retóricos à parte (como ninguém ignora, a linguagem é a última roupagem de que conseguimos nos despir...), aquele “Manifesto” supunha uma compreensão da “revolução brasileira” como um processo baseado em “etapas”, em reformas incessantes, sem desconhecer, antes valorizando, a legalidade afirmada pela Constituição de 1946. Ora, no pós-1964, a consequência lógica desta nova posição, adotada não sem muitas e variadas cisões e contradições internas, só poderia ser uma estratégia avessa às armas e aos grandes gestos, enganosamente miúda, fundamentada em iniciativas como a Frente Ampla (1965), a participação eleitoral e a recusa do voto nulo, o entendimento deste mesmo voto como momento superior de luta. Assim, uma parte da esquerda – exatamente, a esquerda comunista tradicional, ritualmente demonizada pelo regime militar, como ocorria, por exemplo, nas comemorações do desastrado *putsch* de 1935 – surgia em tal difícil contexto com uma aguda consciência do seu papel e, também, do papel que caberia aos liberais e aos democratas em geral, por mais que isso lhe valesse censuras e incompreensões “à esquerda”.

Tratava-se, em desdobramento natural do “Manifesto”, de contribuir para a *derrota política* do regime – não para a *derrubada do capitalismo* –, propugnando objetivos factíveis e essenciais para a reestruturação da vida política, a saber, a anistia ampla, geral e irrestrita, bem como o chamado a uma Constituinte, que reconciliasse o país consigo mesmo e deixasse para trás a existência de homens e mulheres perseguidos e de correntes e partidos clandestinos. Este, em essência, era também o pensamento político de Raimundo, sua bússola constante, a estrela guia jamais negada. Por isso, posso afirmar com segurança que ele sabia de cor frases, parágrafos e seções inteiras daquele “Manifesto”, verdadeira carta de alforria do stalinismo e marco indicativo da vontade de transitar de um “partido-igreja” para um “partido da política”, o que, a seu ver, tinha sido o último e memorável feito do Partidão.

Esta derradeira e fundamental obsessão de Raimundo – a *frente única* ou, mais propriamente, a *frente democrática* contra a ditadura – o fazia homenagear, em conversas, palestras e livros, personalidades como Luiz Inácio Maranhão Filho, Marco Antônio Coelho e Armênio Guedes, este último seu companheiro no exílio chileno até que viesse o golpe de 1973 e muitos anos depois objeto de um livro específico (SANTOS, 2012). Em Luiz Maranhão, o “cardeal” do PCB, Raimundo exaltava a capacidade de diálogo com os católicos e até com as figuras mais altas da hierarquia, como D. Paulo Evaristo Arns e D. Eugênio Salles, que, no entanto, não puderam salvá-lo do suplício; e nos outros dois dirigentes, celebrava a capacidade de entender em profundidade a política e de elaborar, sempre e invariavelmente, “a tática das soluções positivas” adequada para as situações de impasse. Afinal de contas – era o que Raimundo dava a

entender com deliberada ironia –, ideias e intelectuais, livros e professores, eleições e políticos é que haviam consumado a derrota da ditadura, deixando-a imóvel e esgotada num canto do ringue, enquanto liberais da mais alta estirpe, como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, encaminhavam a transição e deixavam aberto o caminho para que todos os brasileiros, com ou sem partido, com esta ou aquela filiação ideológica, ou mesmo sem nenhuma filiação proclamada, participassem orgulhosamente do renascimento – do *risorgimento* – do país.

Nesta hora particularmente dura, em que a democracia corre riscos um pouco por toda parte e, de novo, também por aqui, o discreto Raimundo vai fazer muita falta. Já está fazendo. Lembro-me agora, ao pensar na sua figura e no seu modo de ser, do protagonista da peça *Rasga, coração*, de Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha. O herói sem pose, o herói anti-herói: obstinado, constante, modesto. Vem ainda à memória um velho poema de Brecht segundo o qual era de lamentar que os comunistas, lutando por um mundo em que triunfasse a amizade, nem sempre tivessem tido tempo de serem amigos entre si, endurecidos como estavam pela luta de classes. Este não foi o caso do Raimundo: fez e deixou amigos que dele se envaidecem e se recordam com carinho. Eu tive, muitos tiveram, a sorte de encontrar o Raimundo nos meandros “do Partido” – um homem honrado, um intelectual decente, uma personalidade democrática, profundamente democrática. Não o esqueceremos.

Referências

- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2001.
- SANTOS, Raimundo (Org.). *O marxismo político de Armênio Guedes*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

Como citar

HENRIQUES, Luiz Sérgio. Raimundo Santos, um homem e suas obsessões. Homenagem a Raimundo Santos (1943-2020). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 10-14, fev. 2021.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.